

# A EXPANSÃO MARÍTIMA E A DIVISÃO DO MUNDO

*Hiran Roedel*

## Considerações Introdutórias

Objetivando uma melhor compreensão do tema, o trabalho está desenvolvido da seguinte forma: primeiramente analisamos o panorama sócio-econômico da Península Ibérica no século XV, com suas devidas implicações. Em segundo lugar, a evolução política da região, seguida da expansão marítima propriamente dita.

Dessa forma, pretende-se construir uma visão de totalidade do período, contextualizando o advento da expansão, bem como a complexidade que envolve a divisão do mundo entre Portugal e Espanha, concretizada com o Tratado de Tordesilhas.

## A Esfera Social-Econômica

Na formação social portuguesa do século XV a nobreza feudal ocupava posição de destaque, pois, por controlar a terra, principal meio de produção da época, desempenhava dessa forma papel dirigente na sociedade como classe dominante. Diante disso, a conquista de novas possessões apresentava-se como importante objeto de cobiça por parte dessa classe, devido a sua característica de proprietária territorial.

Em um período que anunciava a chegada de novos tempos com o desenvolvimento técnico-científico, Portugal utilizava-se, entretanto, de práticas arcaicas no campo das relações de produção, como foi o caso do escravismo<sup>1</sup>.

Este, por sua vez, representou um dos principais elementos incentivadores da expansão comercial lusa, beneficiando diretamente o grupo mercantil que se dedicou intensamente ao tráfico negroiro.

Tendo o capital comercial, em sua característica fundamental, usufruído da empresa das navegações como mecanismo de reprodução através da circulação da qual é originário<sup>2</sup>, promoveu tanto a pilhagem marítima quanto a escravidão<sup>3</sup>, o que permitiu ao grupo mercantil integrar-se ao sistema de poder português ao lado da nobreza. Com isso, beneficiando-se da conjuntura de crise da época, esse grupo participou do comércio marítimo de grande distância objetivando uma alta taxa de lucro, já que o princípio era o de comprar barato e vender ao preço mais elevado possível. Como, entretanto, os lucros obtidos pelos países ibéricos não eram em parte revertidos ao processo produtivo interno, tendiam a acumular-se no estrangeiro<sup>4</sup>, ou seja, naqueles países capazes de atender às demandas internas básicas de Portugal e Espanha, levando a agravar ainda mais o quadro econômico destes.

Apesar da empresa das navegações ter um caráter mercantil, a sua viabilidade se deu em decorrência de interesses comuns entre aristocracia feudal e o grupo mercantil. A primeira sedenta por aumentar seus domínios territoriais, lançou-se na empresa juntamente com os segundos que buscavam a ampliação do mercado. Um outro interesse que os unia, era a procura de ouro em função de sua escassez generalizada no mercado europeu, o que criava dificuldades para a economia de trocas com o Oriente<sup>5</sup>.

Diante do quadro sócio-econômico apresentado e valendo-se de uma visão um tanto quanto esquemática da estrutura social portuguesa, podemos apresentá-la da seguinte forma:

- nobreza feudal: controlava o aparelho de Estado e o principal meio de produção, a terra;
- grupo mercantil: responsável pelo comércio de longa distância e distribuição interna;
- plebe: elementos que viviam de atividades náuticas, artesanato, além dos servos;
- escravos.

O quadro social demonstra o prestígio desfrutado pelo grupo mercantil em Portugal no século XV. Valendo-se de fatores econômicos como a escassez de ouro e víveres, assumiu paulatinamente posição de destaque na estrutura social. Essa situação de escassez levou os portugueses a empreenderem expedições visando o norte da África. A conquista dessa região permitiu-lhes o acesso a um solo fértil, favorável à produção principalmente de açúcar, sendo facilitado pela existência de mão-de-obra fácil<sup>6</sup>.

A busca por ouro em toda a Europa representou também um importante fator de incentivo à expansão marítima. Nesse sentido, o Sudão apresentou-se como a possibilidade de solução, senão total, pelo menos parcial do problema.

A conquista da África significava, assim, a grande esperança para a solução da crise que a Península Ibérica enfrentava. Era a possibilidade de resolver o problema da mão-de-obra através do tráfico negreiro, bem como o do açúcar e o do ouro.

Diante dessa demanda, o capital mercantil participou ativamente da empresa das navegações, visando à conquista desse mercado que se apresentava tão promissor. Contudo, pela posição hegemônica na formação social portuguesa, a nobreza colocou-se no comando do evento.

O grupo mercantil, entretanto, buscava algo além da conquista e exploração dos mercados do norte da África. As suas atenções estavam voltadas para o grande mercado do Oriente, o que foi indubitavelmente a sua grande meta.

Foi justamente essa busca incessante que norteou as conquistas portuguesas ao longo das costas africanas desde meados da década de 30 do século XV. Tal busca também afetou o rumo das navegações espanholas que, ao se direcionarem para oeste pelo Atlântico Norte, pretendiam atingir as Índias.

A existência de condições objetivas para a expansão marítima da Espanha, possível com o fim da guerra de reconquista que resultou na expulsão dos árabes da península, não difere muito da de Portugal. Pois essa também contava com um forte grupo mercantil que igualmente se aliou à nobreza para viabilizar a empresa das navegações.

Como a Península Ibérica reunia os elementos necessários para se empreender a descoberta de uma nova rota comercial que permitisse o acesso aos produtos asiáticos, escassos desde a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos em 1453, esses passaram a significar a possibilidade ainda maior de uma grande taxa de lucratividade em sua comercialização. A exclusão dos intermediários, através do contato direto com o produtor, incentivou tanto portugueses quanto espanhóis a se lançarem na busca dessa nova rota.

Nesse sentido, o pioneirismo português foi fruto de uma paciente e calculada política de navegações, o que lhes possibilitou um considerável conhecimento náutico para a época<sup>7</sup>. Já os espanhóis que entraram na busca da nova rota comercial para o Oriente com meio século de desvantagem em relação aos primeiros, não contavam, portanto, com grandes experiências sobre o assunto. Esse fato condicionou, inegavelmente, tanto a postura portuguesa quanto a espanhola em relação ao encaminhamento dado às expedições marítimas, pois este correspondia diretamente ao processo de evolução política da região.

## A Evolução Política da Península Ibérica

A partir do século XI os reinos localizados ao norte da Península iniciaram a reconquista do território, que desde o século VIII havia sido ocupado pelos muçulmanos. Dessa guerra entre muçulmanos e cristãos resultou a expulsão daqueles, bem como a constituição de dois países: Portugal e Espanha.

Portugal surge no século XII, resultado da luta de reconquista. Durante

dois séculos lutou contra Castela para manter sua independência, que somente no século XIV conseguiu efetivar com a dinastia de Avis.

Foi justamente sob a liderança de D. João I (1385-1433), dessa dinastia, que Portugal lançou-se nas conquistas marítimas. Os seus sucessores não abandonaram essa política, o que pode ser constatado acompanhando as incursões portuguesas no Atlântico até o Tratado de Tordesilhas em 1494 no reinado de D. João II (1481-1495).

A centralização monárquica da Espanha ocorreu num processo mais lento. Essa começou a se delinear com o casamento de Fernando, de Aragão, e Isabel, de Castela; o que permitiu também a união de força militar na guerra de reconquista contra os muçulmanos. No entanto, tal centralização só se efetivou na constituição do Estado espanhol em 1492, com a expulsão definitiva desses da Península com a reconquista de Granada no mesmo ano.

Essas rápidas considerações sobre o quadro político da região permitem explicar o pioneirismo português na expansão marítima. O longo percurso realizado na busca de uma nova rota comercial que alcançasse as Índias relaciona-se diretamente, tanto com a precoce centralização política, quanto com a postura de seus governantes. Assim, o acompanhamento de suas expedições deve ser relacionado com a conjuntura que as produziu.

## As Conquistas Marítimas de Portugal e Espanha

### Portugal

Como já se observou, as condições objetivas favoráveis em Portugal lhe permitiram maior arrojo em questão de navegação marítima. Pode-se constatar, aliado a isso, a elaboração de uma paciente política de conquistas do litoral oeste africano visando, ao mesmo tempo, a transposição desse continente como meio de se atingir os mercados das Índias.

Ao dobrar o Cabo Bojador em 1434, os portugueses davam um significativo salto em direção à conquista e exploração das costas africanas. A partir desse momento, vencia-se um dos primeiros obstáculos naturais na busca da nova rota marítima para as Índias. Para tal feito foi necessário valer-se dos conhecimentos técnicos náuticos que circulavam em Portugal, tendo em vista as dificuldades de acesso que o extremo noroeste desse continente oferecia<sup>9</sup>.

De 1434 até 1460, quando os portugueses atingem Serra Leoa, ocorreram várias incursões ao longo das costas africanas. Lentamente descia-se em direção ao sul com a firme esperança de se descobrir uma passagem que os levasse ao Oceano Índico e, assim, chegar às Índias. No entanto, de 1449 a 1460 o rumo adquirido pela expansão deixa de ter um caráter eminentemente mercantil para assumir um perfil de conquista<sup>9</sup>.

Foi uma sucessão de expedições que marcaram a busca pelo fim dos intermediários (italianos e muçulmanos) entre a Europa e o Oriente<sup>10</sup>. Valendo-se do aperfeiçoamento técnico-científico para navegações de grande dis-

tância, os portugueses lançaram-se rumo à descoberta de uma nova rota comercial. É diante desse contexto que Portugal torna-se o pólo de atração para aqueles que se dedicavam à arte de navegar.

Com o estímulo dado pelo Estado à expansão comercial, os portugueses atingem o Congo em 1482 e dobram o Cabo da Boa Esperança em 1488. Estava aberto, portanto, o caminho que os levaria às Índias.

## Espanha

A partir da reconquista de Granada, em 1492, o Estado espanhol também passou a estimular a navegação comercial no Atlântico. Dava-se, assim, início à sua expansão marítima com a viagem de Cristóvão Colombo.

Esse genovês, ligado inicialmente a Portugal, objetivava atingir o Extremo Oriente através de uma rota que cortasse o Atlântico Norte a oeste, rumo às Índias, o que não se mostrava de todo impossível<sup>11</sup>. Por não interessar à Coroa Portuguesa tal rota, já que representava para esta uma verdadeira aventura, tendo em vista a característica de sua política de navegação, Colombo buscou apoio a seu projeto junto à Coroa espanhola.

Colombo, além de conseguir dos reis católicos espanhóis o apoio necessário para implementação de seu projeto, também obteve inúmeras vantagens e privilégios destes. Dava início, assim, a uma nova etapa na história das navegações, pois as descobertas decorrentes dessa viagem proporcionaram a redefinição nos domínios de além mar.

## A Legitimidade nos Domínios Internacionais

A partir do início da expansão marítima espanhola, criou-se uma nova conjuntura internacional. Portugal, que até então desfrutava da absoluta hegemonia das navegações no Atlântico, o que lhe permitia uma tranquilidade em relação a suas possessões, passou a conviver com o incômodo da presença da Espanha.

Com a divulgação dos resultados da viagem de Colombo, a Coroa lusa passou a reivindicar o direito de posse às descobertas por ele realizadas. Baseando-se em direitos estabelecidos anteriormente sobre o domínio do Atlântico, os portugueses iniciaram, assim, uma verdadeira batalha no campo diplomático.

Portugal, desde 1442, com a Bula *Etsi Suscepti*, de Eugênio IV, detinha o direito sobre o Mar Oceano (antigo nome do oceano Atlântico). Com o Tratado de Alcáçovas, em 1479, assegurou o domínio sobre terras e ilhas situadas ao sul das ilhas Canárias. Diante disso, buscou apossar-se das novas terras alegando legitimidade conferida pelo Papa.

Por outro lado, num claro beneficiamento à Coroa espanhola, o Papa Alexandre VI promulgou algumas Bulas visando estabelecer o direito dessa sobre as novas terras. Assim, em 1493, a Bula *Eximiae Devotionis* concedia a posse das novas terras à Espanha, desde que não pertencessem a nenhum príncipe cristão. No mesmo ano foi promulgada a Bula *Inter Coetera*, que reco-

nhacia o direito às terras descobertas ou por descobrir a Ocidente, cem léguas de Cabo Verde e dos Açores<sup>12</sup>. Ainda nesse ano promulgou-se mais uma Bula, a *Dudum Siquidem*, conhecida também como a “ampliação das doações”, que revogava os direitos portugueses antes estabelecidos e ampliava os da Espanha.

Essa série de Bulas que precederam o Tratado de Tordesilhas demonstra bem a batalha que se travou. Pode-se dizer, no entanto, que a busca por uma solução diplomática demonstrava o interesse espanhol em se evitar um conflito armado na Península, que vivia uma relativa estabilidade, conseguida com muita dificuldade.

## O Tratado de Tordesilhas

O desejo de uma definição em relação à partilha do mundo levou a mais um acordo internacional em 1494. Agora, com a ampliação dos direitos portugueses para 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, dava-se por encerrada a polêmica em torno da questão.

Satisfazendo aos interesses que nortearam tanto as navegações pelo Atlântico quanto a elaboração dos acordos internacionais precedentes, o Tratado de Tordesilhas buscava atender ao grupo mercantil e à nobreza de Portugal e Espanha. Pois, se por um lado garantiu a posse das feitorias portuguesas na África, responsáveis pelo abastecimento de ouro, escravos, trigo e toda espécie de víveres para a Europa, por outro permitiu aos espanhóis a garantia da posse das novas terras.

O contexto em que se insere essa partilha do mundo, portanto, não poderia deixar de ser o dos interesses mercantis. A procura por novos mercados impulsionou os ibéricos a se lançarem em expedições marítimas de longa distância, apoiados por seus respectivos Estados.

## Conclusão

A análise da conjuntura em que se processou o desenvolvimento da expansão marítima ibérica permite observar a sua direta relação com as demandas comerciais. Dessa forma, a empresa das navegações montada para a sua viabilização, mesmo conciliando os interesses da nobreza, assumiu um caráter mercantil.

O grupo mercantil na Península, detentor de grande prestígio decorrente de seu poder econômico, atuou significativamente no sentido de patrocinar as expedições. Objetivando satisfazer as demandas existentes no mercado europeu de um modo geral, o que permitiria a obtenção de uma alta taxa de lucratividade, portugueses, primeiramente, e depois espanhóis, lançaram-se na ampliação do mercado mundial, levando, conseqüentemente, à eliminação dos intermediários em se tratando do comércio das especiarias e produtos raros vindos das Índias.

Essas viagens, por sua vez, tiveram um significado mais amplo do que simplesmente permitir o acesso aos produtos asiáticos. Romperam com a tradicional rota comercial do Mediterrâneo, proporcionaram o aperfeiçoamento técnico de navegação, além de ampliar o conhecimento geográfico do mundo.

Ao se expandirem, portugueses e espanhóis entraram em conflito. Como resultado, objetivando a satisfação de seus interesses, a alternativa foi a que se apresentou mais eficaz. Nesse contexto, os diversos tratados firmados entre ambos e mediados pelo Papa são a prova mais clara desse fato.

Assim, a expansão marítima ibérica, além de promover um desenvolvimento técnico-científico setorial, permitiu também a ampliação do mercado europeu, bem como a conquista de novas terras. Logo, pode-se dizer que o Tratado de Tordesilhas representou tanto a satisfação dos interesses da nobreza com o reconhecimento por ambas as Coroas do direito sobre as já existentes possessões, quanto dos seus respectivos grupos mercantis, com o reconhecimento dos domínios sobre feitorias e mercados.

### Notas

1. HEERS, Jacques. *O Ocidente nos Séculos XIV e XV: aspectos econômicos e sociais*. São Paulo: Pioneira/USP, 1981, p.199.
2. MARX, Karl. apud SODRÉ, Nelson W. *Formação Histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987, p.51.
3. Idem.
4. SODRE, N. W. op. cit., p.30.
5. CHAUNU, Pierre. *Expansão Européia do Século XIII ao XV*. São Paulo, Pioneira, 1978, p.88/89.
6. Ibidem. p.92.
7. Ibidem. p.134/35.
8. Ibidem. p.96/97 e 104/05.
9. VIVES, Pedro A. *Las Nuevas Fronteras*. Madrid: História 16, 1985. p.22.
10. Ibidem. p.26.
11. MATTOSO, José (coord.). *História de Portugal, 3: No Alvorecer da Modernidade 1480-1620*. Lisboa: Estampa, 1993. p.518.
12. VIVES, P. op. cit., p.4/5.

### Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. *Pequenas Histórias da Formação Social Brasileira*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- CASTRO, Therezinha de. *História Documental do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, s/d.
- CHAUNU, Pierre. *Expansão Européia do Século XIII ao XV*. São Paulo: Pioneira, 1978.
- DAYRELL, Eliane G. et. al. (org.). *A Conquista da América*. Rio de Janeiro: FUJB/UFRJ, 1992.
- EMBED, Florentino Perez. *Los Descubrimientos en el Atlântico y la Rivalidad Castellano-Portuguesa hasta el Tratado de Tordesillas*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla, 1948.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1980.
- GUENEE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados*. São Paulo: Pioneira, 1981.
- HEERS, Jacques. *O Ocidente nos séculos XIV e XV: aspectos econômicos e sociais*. São Paulo: Pioneira, 1981.
- MATTOSO, José (org.). *História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Estampa, 1993.
- SODRÉ, Nelson W. *Formação Histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.
- VIVES, Pedro A. *Las Nuevas Fronteras*. Madrid: História 16, 1985.